

## ***QUANTO VALE O CAPITAL SOCIAL?***

# ***O PAPEL DAS REDES INFORMAIS NA PROVISÃO DE RECURSOS***

(versão *draft*)

***Sílvia Portugal***

**Faculdade de Economia e Centro de estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
sp@fe.uc.pt**

### **Introdução**

Esta comunicação apresenta alguns resultados de uma pesquisa empírica que procura estudar o papel das redes de relações sociais das famílias no acesso a diferentes recursos. Foram realizadas 60 entrevistas em profundidade a homens e mulheres com idades compreendidas entre os 24 e os 34 anos, vivendo em situação de conjugalidade, com ou sem filhos.

Analisa-se o papel das redes no acesso a 3 tipos de recursos diferentes: o emprego, a habitação e os cuidados de saúde. Identifica-se para cada um deles a morfologia da rede, a sua composição e orientação, o tipo de laços activados. Discute-se, por um lado, a articulação do capital relacional com outras formas de capital, e, por outro lado, a articulação entre Estado, família e mercado na provisão de recursos.

### **1. A habitação**

Fortemente adepta da ideia “casamento-apartamento”, a maioria dos entrevistados faz depender a constituição de uma família autónoma da sua capacidade de obter um alojamento independente. Dado o seu custo elevado, aceder a uma casa implica uma decisão difícil, que se confunde muitas vezes com a própria resolução de constituir família, obriga a mobilizar recursos materiais e relacionais e se repercute ao longo da vida familiar de variadas formas. A casa revela-se um espaço de investimentos, ao mesmo tempo económicos e afectivos, sem comparação com qualquer outro bem durável (Bourdieu, 1990). As entrevistas mostram a centralidade que a questão habitacional ocupa quer na decisão de constituir família, quer no modo como se vão estabelecendo prioridades e definindo metas a atingir no decorrer do ciclo de vida familiar. As estratégias desenvolvidas pelas famílias para aceder a uma habitação revelam uma complexidade que ultrapassa dicotomias tradicionalmente estudadas como proprietário/arrendatário ou a divisão entre Estado, mercado e comunidade.

Apesar da autonomia residencial ser uma questão bastante sublinhada pelos entrevistados, verifica-se, como para outros recursos, que esta autonomia é apenas relativa. As estratégias residenciais das jovens famílias não são independentes da rede de relações familiares, sobretudo no sentido ascendente. Para além das proximidades afectivas, as entrevistas permitem registar a proximidade física entre as diferentes gerações. A reduzida distância geográfica entre pais e filhos é um dos indicadores de como a autonomia residencial dos casais não representa rupturas com os ascendentes, antes se inscreve numa continuidade familiar de gestão dos recursos materiais e afectivos. Com o casamento, e a mudança para uma nova unidade residencial, passa-se a uma nova fase de pertença à casa parental em que grande parte das funções de segurança e de protecção que esta assegurava e das obrigações e direitos que uniam entre si pais e filhos é preservada (Wall, 1988; Hespanha e Alves, 1995). A relação com a casa dos pais é quase sempre vivida de uma forma contraditória pelas novas famílias, sobretudo pelos homens: por um lado, deseja-se a autonomia e vêem-se desvantagens na proximidade, por outro lado, reconhecem-se as vantagens que resultam do apoio quotidiano, a diferentes níveis, que flui da casa materna.

O conceito de neo-residência assimilativa utilizado por Karin Wall (1988) descreve bem esta realidade. O “apartamento” da nova família faz-se “quanto mais perto melhor”, jogando-se entre assimilação e exclusão, a norma não é uma neo-residência “perfeita”, mas uma neo-residência assimilativa que corresponde, não a uma ruptura com a família de origem, mas a uma reconstrução da pertença à casa parental, alimentada por trocas materiais e afectivas.

Nas entrevistas identificaram-se sete modelos de acesso à habitação: compra, autoconstrução, doação, arrendamento, empréstimo, cohabitação e habitação social. Estes modelos combinam elementos da esfera do Estado, do mercado e da comunidade, em diferentes graus e em diferentes momentos. Pertencendo mais especificamente ao domínio do mercado, a compra de casa não existe, no entanto, na maioria dos casos, sem as ajudas financeiras da rede familiar. A autoconstrução é o domínio por excelência da combinação de elementos mercantis com elementos comunitários. A doação, embora agindo sobretudo no domínio da dádiva, depende em muito dos imperativos legais, colocados pelo Estado, relativos à transmissão do património. Tal como a compra, o arrendamento processa-se na esfera do mercado, mas, dada a escassez de oferta, depende em grande medida dos recursos relacionais dos arrendatários. Relativamente ao empréstimo e à cohabitação pode-se afirmar que estamos privilegiadamente na esfera da dádiva e da comunidade. Quanto ao acesso ao alojamento através da habitação social, revela-se aqui o escasso papel do Estado no apoio aos cidadãos neste domínio.

As famílias mobilizam diferentes recursos, combinando elementos das diferentes esferas de produção de bem-estar. Fazem-no em cada momento, e também ao longo do tempo, de modo a dar resposta a sucessivas necessidades e projectos. No entanto, é possível identificar a presença transversal das relações familiares nas estratégias e nas opções definidas pelas famílias. Ao contrário do que acontece na provisão de outros recursos, os laços fracos estão ausentes no domínio da habitação. Eles são importantes para perceber a ligação dos entrevistados às comunidades de origem e explicar a sua reduzida mobilidade geográfica, mas não são activos na procura de habitação. Apenas no modelo de arrendamento os laços fracos são referidos como fontes de informação para conhecer o mercado e as casas disponíveis. De outro modo, os laços fortes dominam inteiramente as redes sociais mobilizadas neste domínio.

A morfologia da rede activada para dar resposta aos problemas da habitação é bastante centrada nas relações familiares. Ao contrário do que se verá para o acesso ao emprego, a orientação da rede é quase exclusivamente para a família e, no interior dos laços familiares, para o parentesco restrito. Os apoios fora da rede de relações próximas, constituídas por pais, irmãos e respectivos cônjuges, apenas são possíveis de identificar para as ajudas na autoconstrução, para a qual são mobilizados outros laços fortes, como os laços mais alargados de parentesco e também laços de amizade e vizinhança.

No interior do parentesco restrito, as ajudas circulam claramente no sentido vertical, de pais para filhos. Os projectos residenciais das novas gerações dependem muito das solidariedades intergeracionais. Deste modo, não é de estranhar que a polarização da rede no caso da habitação seja assumida pela geração anterior. Os pais transmitem aos filhos património fundiário e imobiliário, ajudas monetárias, em géneros, e em serviços, suporte material e afectivo para que as jovens famílias levem a cabo os seus projectos.

Outra característica clara da morfologia das redes no caso do acesso à habitação é a ausência de lateralização. Ao contrário do que se passa no caso do emprego, esta ausência de lateralização parece traduzir uma estratégia explícita das famílias, sobretudo no caso da compra de habitação. A casa representa um bem comum do casal e, como tal, parece existir uma necessidade de contribuição equitativa das duas linhas de parentesco que garanta a igualdade entre os dois cônjuges perante a residência familiar.

Apesar do aparente domínio do mercado, com o crescente recurso ao crédito bancário como forma de acesso à propriedade, a habitação continua a ser uma questão onde a rede familiar ocupa um papel preponderante. Transferências monetárias, doações em terrenos e construções, heranças antecipadas, ajudas em serviços na auto-construção, prendas em mobiliário e equipamento doméstico, são múltiplas as ajudas fornecidas pelos laços familiares aos jovens casais para a sua instalação autónoma e para o acesso à propriedade do alojamento. Sobretudo na sua dimensão intergeracional, as relações familiares estabelecem um fluxo material de apoio fundamental, mas também asseguram transferências não materiais, importantes para as escolhas residenciais, gostos, preferências, saberes, afectos que contribuem para definir o universo de possibilidades das novas famílias em termos de habitação – “não é apenas o alojamento que se transmite na família, mas a família que se transmite no alojamento” (Gotman; Laferrère, 1998: 362).

## **2. O emprego**

As entrevistas revelam um mercado de trabalho dual: de um lado, estão aqueles que ocupam os postos de trabalho estáveis e bem remunerados, os empresários, os trabalhadores qualificados, os profissionais com uma carreira, do outro lado, estão aqueles que ocupam os postos de trabalho desqualificados, os que possuem trajectórias profissionais instáveis, têm empregos precários e mal remunerados.

Por detrás dessa dualidade, do tipo de inserção no mercado de trabalho, está, em grande parte, o capital escolar. Para a maioria dos entrevistados a trajetória profissional está condicionada pela sua trajetória escolar, é ela que marca grandemente os tempos e os modos de acesso ao emprego. O nível de escolaridade que o indivíduo alcançou é fundamental para definir o tipo de emprego que poderá obter e determinante para a sua idade de entrada no mercado de trabalho.

No entanto, o capital escolar não é a única variável que interfere no acesso ao emprego e no modelo de inserção no mercado, o capital relacional é também um factor preponderante. Desde os trabalhos de Granovetter sobre o impacto das redes sociais na procura de emprego (Granovetter, 1973 e 1982) que a importância do capital social para perceber o funcionamento do mercado de trabalho tem sido sublinhada, relativizando as teorias do capital humano (Blau; Ferber; Winkler, 2001). Este estudo permite confirmar algumas das hipóteses dos trabalhos de Granovetter acerca da importância dos laços fracos, e testar a sua aplicação num mercado de trabalho segmentado, grandemente ignorado pelo autor, pelo menos nos seus escritos iniciais, como o sublinham alguns autores (Requena Santos, 1991; Degenne e Forsé, 1994). As entrevistas revelam, confirmando os dados de outros estudos, a importância fulcral das redes informais no acesso ao emprego, em detrimento dos meios formais e oficiais<sup>1</sup>, mas permitem também avaliar o impacto diferenciado destes canais no mercado de trabalho primário e secundário.

Capital relacional e capital escolar entrecruzam-se na definição de padrões quanto ao primeiro emprego, à trajetória profissional, às condições de trabalho. As entrevistas mostram como as redes relacionais são preponderantes no acesso ao emprego, no tipo de emprego, no percurso seguido. Revelam a importância das redes familiares na transição da escola para o mercado de trabalho, o impacto diferenciado de laços fortes e laços fracos consoante falamos do primeiro emprego ou dos seguintes. As entrevistas mostram, também, como apesar da população entrevistada representar uma geração privilegiada do ponto de vista das políticas de emprego, os apoios estatais continuam a ter um impacto bastante reduzido. Dado o âmbito restrito desta comunicação, centrar-me-ei, neste ponto, sobretudo no acesso ao primeiro emprego.

---

<sup>1</sup> A partir dos dados dos Inquéritos aos jovens portugueses (com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos), coordenados por Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais, e realizados em 1987 e 1997, é possível constatar, para os dois momentos, que as ajudas de familiares, amigos ou conhecidos são os meios mais utilizados pelos jovens para obter emprego (Pais, 1998: 195).

Tal como para a generalidade dos restantes empregos durante a trajectória profissional do indivíduo, no acesso ao primeiro emprego predominam as vias informais. As redes relacionais são fundamentais na transição do sistema escolar para o mercado de trabalho. Os laços fracos predominam no acesso ao primeiro emprego, tal como para qualquer outro emprego, no entanto, no primeiro emprego os laços fortes têm mais expressividade do que nos empregos posteriores. Os amigos próximos têm um peso significativo, assim como os laços familiares.

As entrevistas permitem confirmar, para o primeiro emprego, a hipótese de Granovetter sobre a eficácia das cadeias curtas. Quer sejam activados laços fortes ou fracos, o acesso ao primeiro emprego faz-se através de um ou dois intermediários, raramente se ultrapassando esse número. Os estudos de Granovetter mostraram já que as cadeias longas são muito pouco utilizadas na procura de emprego, no caso presente a sua ausência é total na procura do primeiro emprego.

A presença dos laços fortes é um dado importante para perceber a dimensão reduzida das cadeias de acesso ao primeiro emprego. As relações familiares têm bastante mais importância neste caso do que na procura posterior de trabalho. O recurso às redes familiares faz-se sobretudo no sentido vertical, aos pais, quando estes dispõem de capital social e/ ou económico para intervir, mas também aos tios, a primos mais velhos, ou mesmo, tios e primos dos pais. Existe uma mobilização das gerações mais velhas no apoio à entrada dos mais novos no mercado de trabalho, possível dada a posição já conquistada no mercado. É notória a expressão daqueles que obtêm o seu primeiro emprego numa empresa familiar, peso que depois desaparece no decorrer da trajectória profissional. As entrevistas confirmam, assim, a importância da família no acesso ao primeiro emprego que outros estudos já demonstraram.

Uma característica interessante de sublinhar nas redes de relações familiares relacionadas com o emprego é a sua nítida lateralização. Ou seja, ao contrário de outros recursos, como a habitação, em que existe um envolvimento das relações familiares dos dois membros do casal, no apoio ao emprego cada um parece só poder contar com a sua família de consanguíneos. Poder-se-ia afirmar que esta realidade se deve ao facto do acesso ao emprego ser prévio ao casamento, mas também no decurso das trajectórias é raro encontrar-se o envolvimento da família do cônjuge. Mesmo quando se trata de desenvolver projectos empresariais, individuais ou familiares, o apoio é quase sempre obtido no interior da própria família e não da do cônjuge.

No entanto, a importância dos laços fortes não se limita aos laços familiares. Os amigos próximos têm um papel mais significativo para o acesso ao primeiro emprego do que para os empregos posteriores. Estes amigos podem ser amigos dos entrevistados, mas são referenciados sobretudo como “amigos da família”, ou seja, amigos dos pais. As relações de amizade activadas na procura do primeiro emprego têm um carácter intergeracional que é específico deste domínio e não se encontra noutras áreas de apoio, onde as relações de amizade activadas são essencialmente intrageracionais e entre grupos de pares.

Este é mais um elemento que permite confirmar a teoria de Granovetter acerca da importância do estatuto dos intermediários no acesso ao emprego. Embora o autor defenda esta hipótese sobretudo para afirmar a eficácia dos laços fracos, é possível verificar como também para os laços fortes a posição de poder dos elementos da rede no mercado de trabalho é fundamental para a sua activação. O sucesso na procura do primeiro emprego é mais fácil para aqueles que possuem relações próximas com alguém que já esteja inserido no mercado.

As entrevistas permitem, no entanto, complexificar um pouco as relações definidas pelos estudos de Granovetter, introduzindo como variável a estrutura dual do mercado de trabalho em que se inserem os trabalhadores. Deste modo, regista-se, para o caso do primeiro emprego, por um lado, que a importância dos laços fortes acima descrita é sobretudo fundamental para aceder a postos do mercado de trabalho secundário e, por outro lado, que os mecanismos formais têm, nesta fase, um peso mais importante no acesso ao mercado primário. Esta última conclusão permite também retirar mais algumas ilações sobre as relações entre capital escolar e relacional.

Relativamente ao recurso a mecanismos formais para aceder ao primeiro emprego é possível identificar uma série de observações: em primeiro lugar, o seu papel, apesar de secundário, é mais importante no primeiro contacto com o mercado do que na procura posterior de emprego, onde passam a prevalecer os contactos informais; em segundo lugar, essa importância é sobretudo significativa para aceder a postos de trabalho do mercado primário; em terceiro lugar, estes processos formais são utilizados sobretudo por indivíduos com formação escolar média ou superior e, finalmente, recorre a eles quem está num processo de mobilidade social ascendente.

Estas constatações permitem aferir a complexidade das relações entre capital escolar e relacional e o modo como estes se articulam com a estrutura dual do mercado de trabalho. Os

mecanismos formais são sobretudo utilizados por aqueles para quem o capital escolar é a via de acesso privilegiada aos melhores postos de trabalho. Dada a importância dos laços fortes no acesso ao primeiro emprego, os indivíduos oriundos de famílias de fracos recursos económicos e sociais têm como único trunfo para jogar no mercado o seu capital escolar, dado que o seu capital relacional e da sua família dificilmente os conseguiria incluir no mercado primário.

Se as entrevistas mostram como as redes informais são um suporte fundamental para o acesso ao mercado de trabalho, mostram, também, que a sua importância no acesso ao primeiro emprego é tanto maior quanto o indivíduo for desprovido de outros recursos. Assim, é possível constatar, tal como Requena Santos (1991) o faz para Espanha, que quanto mais jovem é a idade de entrada no mercado de trabalho e quanto menor a escolaridade, maior é o peso das relações sociais no acesso ao emprego. No interior da rede social é possível estabelecer o mesmo tipo de relação na activação de laços fortes e fracos. Quanto mais jovem e menos escolarizado é o indivíduo, menor é o seu capital relacional, menores são os seus laços fracos e, conseqüentemente, maior é o recurso que faz aos laços fortes e, entre eles, aos laços familiares.

Como decorre do acima descrito, a morfologia da rede activada para dar respostas às questões relacionadas com o emprego é bastante diversa daquela que encontramos para a habitação. A orientação da rede é fundamentalmente para fora das relações familiares, activando laços de amigos e conhecidos, laços fortes e laços fracos. Apesar da importância que os laços fortes e, sobretudo, os laços familiares têm nalguns domínios e para alguns indivíduos, a preponderância dos laços fracos no acesso ao emprego é notória. Embora a acção dos laços fracos seja diferenciada e diferenciadora, consoante o capital escolar do indivíduo, o tipo de emprego e de trajectória seguida, este é um dos domínios onde a importância de uma rede social que extravase os limites do parentesco é fundamental para assegurar a provisão de um recurso.

Os laços fracos são essenciais na procura de trabalho, nas mudanças ao longo do percurso, na criação de projectos autónomos de emprego. São importantes para qualquer segmento do mercado de trabalho, mas decisivos no mercado secundário de trabalho. Como atrás se concluiu, quanto mais desqualificado é o trabalhador maior é a sua dependência dos mecanismos informais de acesso ao emprego, quer na entrada no mercado, quer ao longo da



trajectória. O capital relacional adquirido ao longo do percurso profissional revela-se fundamental para conhecer ou criar alternativas de emprego.

Apesar de não existir uma polarização muito forte nas redes de acesso ao emprego, esta passa por aqueles que têm posições de poder no interior do mercado de trabalho. Como atrás se sublinhou, a importância do estatuto dos intermediários, demonstrada nos estudos de Granovetter, é fundamental no acesso ao emprego. Aqueles que são capazes de abrir as vias para se conseguir um emprego, uma mudança, uma alteração de estatuto, uma nova oportunidade são os que detêm uma posição vantajosa no mercado de trabalho. Os pais, os tios, e outros familiares mais velhos são um exemplo, no caso do acesso ao primeiro emprego, os patrões são outro exemplo claro para a mudança de estatuto no mercado de trabalho.

### **3. Os cuidados de saúde**

A análise da morfologia da rede activada no acesso à saúde não revela uma orientação preferencial clara, como se pode verificar para outros recursos. Tirando os cuidados informais, cuja satisfação é nitidamente orientada para a rede de parentesco, no acesso aos cuidados de saúde, prestados pelo Estado ou pelo mercado, os indivíduos e a suas famílias accionam indiferentemente relações familiares, de amizade ou conhecimento. O que determina a activação do laço é a posição do elemento da rede no interior do sistema de saúde. A importância do estatuto dos intermediários, sublinhada sobretudo para o acesso ao emprego (Degenne; Forsé, 1994), revela-se também no acesso aos cuidados de saúde.

Os elementos polarizadores das redes informais de acesso aos cuidados de saúde são os actores que fazem parte do sistema de saúde, público ou privado. Numa família em que exista alguém com uma profissão relacionada com o sector, essa pessoa passa a ser o elemento por quem passam todos os assuntos nesta área: opiniões, escolhas, caminhos a seguir, consultas e terapêuticas no caso de ser um médico. Quanto mais forte for a posição do elemento no interior do sistema maior a sua capacidade de obter privilégios para quem com ele se relaciona, por um lado, e, por outro, de influenciar e orientar essa pessoa relativamente aos seus cuidados de saúde.

Laços fortes e fracos têm um papel estruturante no acesso ao sistema de saúde, mas a sua eficácia é distinta no sistema público e privado. Os laços fortes são igualmente eficazes nos

dois sistemas, os laços fracos apenas o são no sistema público. No sistema privado os laços fracos são usados essencialmente no aconselhamento.

Os laços fortes, familiares ou de amizade, permitem sempre um acesso mais facilitado e de qualidade do que os laços fracos, no sistema público ou privado. Ter um familiar ou amigo próximo que seja, por exemplo, médico, gera nos entrevistados uma sensação de despreocupação com os assuntos relativos à saúde, ao mesmo tempo que lhes inspira uma sensação de confiança em caso de problema. Os laços fortes garantem que o indivíduo poderá sempre aspirar a um nível de cuidados superiores ao padrão médio do sistema.

No sistema público, no entanto, os laços fracos conseguem muitas das facilidades obtidas pelos laços fortes. Uma acessibilidade mais fácil, menos tempo de espera, melhor atendimento são expectativas criadas e correspondidas quando se accionam laços fracos no interior do sector estatal. As entrevistas mostram como basta accionar um “conhecimento” dentro do sistema para que ele se agilize e melhore a qualidade. A importância dos laços fracos no acesso aos serviços públicos revela algumas especificidades face à sua utilização noutros domínios. Por um lado, embora predominem as cadeias curtas de relações, as cadeias longas são também utilizadas com igual eficácia. Por outro lado, a importância do estatuto do intermediário é aqui bastante relativizada. As entrevistas descrevem situações de acesso facilitado ao sistema hospitalar conseguidas através de pessoas sem grande poder na hierarquia funcional, como por exemplo os funcionários administrativos.

No sistema privado esta eficácia dos laços fracos perde-se. Aqui apenas os laços fortes conseguem obter privilégios. O sistema de lucro não se compadece com “conhecimentos”. Como já foi referido, o papel dos laços fracos relativamente ao sector privado prende-se sobretudo com o aconselhamento e encaminhamento. A experiência, o contacto, o conhecimento, de alguém, próximo ou distante em termos relacionais, podem ser decisivos quer na simples opção pelo sistema privado, quer na escolha de um determinado profissional no interior do sector privado. O caso dos pediatras é talvez o mais expressivo no universo das entrevistas. A necessidade de uma referência informal parece sobrepôr-se a qualquer outro argumento que sustente a opção seguida. A totalidade das escolhas de pediatras dos entrevistados foi realizada com base em conselhos de familiares, amigos, colegas, vizinhos ou conhecidos.

Relativamente à acção dos laços fracos há ainda um traço que vale a pena sublinhar. O estabelecimento de laços fracos no interior do sistema privado, nomeadamente, a relação doente-médico, permite obter garantias no acesso ao sistema público quando o profissional de saúde trabalha nos dois sistemas. Esse é, aliás, um dos motivos apontados para a opção pelo sistema privado na procura de cuidados de saúde – os contactos com a classe médica fora do sistema público permite depois abrir as portas do sistema público com garantias de qualidade e sem os custos monetários do privado. A promiscuidade entre os dois sectores tem, pois, no funcionamento das redes sociais um dos seus principais motores e, simultaneamente, pilar de sustentação.

### **Considerações finais**

A partir da breve análise acima realizada gostaria de sublinhar três traços fundamentais: 1) a centralidade das redes informais na provisão de recursos às famílias; 2) a diferenciação dos laços activados e da morfologia das redes consoante o recurso que está em jogo e 3) o modo como a configuração das redes e o seu papel na provisão de recursos se articula com determinadas variáveis estruturais.

Em primeiro lugar, a centralidade do papel das redes sociais no acesso aos recursos é preponderante no caso do emprego mas revela-se mesmo quando outras esferas de produção de bem-estar parecem dominar, como é o caso do mercado, na habitação, ou do Estado, nos cuidados de saúde. As entrevistas revelam, por um lado, como nas redes circulam apoios materiais e afectivos, serviços, ajudas financeiras, bens materiais, e, por outro lado, como as interacções entre as diferentes esferas da acção social “a família”, “o mercado”, “a economia”, “o Estado”, “as instituições” são contactos realizados no interior de redes pessoais de relações sociais.

Em segundo lugar, como decorre do acima exposto, a análise da morfologia das redes accionadas para cada um dos recursos permite verificar como para cada domínio é accionada uma *rede parcial* (Boissevain, 1974) em que são activados os laços que melhor podem responder às necessidades dos indivíduos e das suas famílias. Deste modo, se para uns recursos a rede se centra nos laços fortes e de parentesco, para outros, os laços fracos são essenciais para garantir a sua provisão.

Em terceiro lugar, as entrevistas revelam a complexidade de relações estabelecidas entre as diferentes formas de capital dos indivíduos e das suas famílias. Embora a importância do capital social seja marcante, para cada recurso em análise é possível identificar uma série de relações complexas com outras formas de capital. No caso da habitação a relação com o capital económico e patrimonial da família é fundamental, no caso do emprego a articulação entre capital social e capital escolar marca o acesso ao emprego e a trajetória profissional, no caso dos cuidados de saúde, a relação entre capital económico e capital social é fundamental para perceber o recurso aos sistemas privado ou público. Deste modo, a análise acima apresentada mostra o modo como a configuração das redes e o seu papel na provisão de recursos se articula com determinadas variáveis estruturais. A morfologia das redes, o seu centramento nas relações de parentesco, o recurso aos laços fortes ou aos laços fracos estão relacionados com uma série de variáveis como a escolaridade, a origem familiar, a profissão, os níveis de rendimento.

### **Referências bibliográficas**

- Blau, Francine D.; Ferber, Marianne A.; Winkler, Anne E. (2001), *The Economics of Women, Men and Work*, 4ªed., New Jersey, Prentice Hall.
- Boissevain, Jeremy (1974), *Friends of Friends. Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell.
- Bourdieu, Pierre (1990), “Un placement de père de famille. La maison individuelle: spécificité du produit et logique du champ de production”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81/82, 6-33.
- Degenne, Alain; Forsé, Michel (1994), *Les Réseaux Sociaux*, Paris, Armand Colin.
- Gotman, Anne; Laferrère, Anne (1998), “Logement et transmission”, Segaud, Marion; Bonvalet, Catherine; Brun, Jacques, *Logement et Habitat. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Granovetter, Mark S. (1973), “The Strength of Weak Ties”, *American Journal of Sociology*, 78, 1360-1380. (republicado em Samuel Leinhardt (ed.) (1977), *Social Networks. A Developing Paradigm*, Nova Iorque, Academic Press, pp. 347-367.
- Granovetter, Mark S. (1982), “The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited”, in Peter V. Marsden; Nan Lin (eds.), *Social Structure and Network Analysis*, Beverly Hills, Sage, pp. 105-130.

- Hespanha, Pedro; Alves, Ana Isabel (1995), “A construção da habitação em meio rural: um domínio da Sociedade-Providência”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 125-153.
- Requena Santos, Felix (1991), *Redes sociales y mercado de trabajo. Elementos para una teoría del capital relacional*, Madrid, CIS/ Siglo XXI.
- Segaud, Marion; Bonvalet, Catherine; Brun, Jacques (dir.) (1998), *Logement et Habitat. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Wall, Karin (1988), “Residência e sucessão na família camponesa do Baixo Minho”; *Sociologia. Problemas e Práticas*, 5, 39-60.